

# O Estado dual: itinerários para uma sociologia política marxista

*The Dual State: Itineraries for a Marxist Political Sociology*

**Mateus C. M. de Albuquerque\***

## Resumo

Este artigo discute a relevância de uma sociologia política marxista como abordagem teórico-metodológica para estudar as relações entre classe e Estado. O texto resgata a importância da tradição instrumentalista marxista, frequentemente criticada como simplista, para a análise das instituições políticas. A proposta central gira em torno do conceito de “Estado dual”, que considera tanto os aspectos estruturais do Estado capitalista quanto sua dimensão instrumental, permitindo analisar como grupos sociais específicos utilizam as instituições estatais. São apresentados métodos empíricos para operacionalizar esta perspectiva, como a análise de estruturas de poder, e discute-se a aplicabilidade deste marco teórico também para a compreensão das experiências socialistas, particularmente através do conceito de “Estado operário degenerado” de Trotsky. O artigo conclui defendendo o valor de uma análise marxista das elites que, sem recair em determinismos simplificantes, permita mapear empiricamente os vínculos entre decisores políticos e classes dominantes.

**Palavras-chave:** Sociologia política marxista; Estado dual; Elites políticas; Estrutura de poder.

## Abstract

This article discusses the relevance of a Marxist political sociology as a theoretical-methodological approach to study the relationships between class and State. The text recovers the importance of the Marxist instrumentalist tradition, often criticized as simplistic, for the analysis of political institutions. The central proposal revolves around the concept of “dual State”, which considers both the structural aspects of the capitalist State and its instrumental dimension, allowing analysis of how specific social groups use State institutions. Empirical methods to operationalize this perspective are presented, such as power structure analysis, and the applicability of this theoretical framework to understanding socialist experiences is discussed, particularly through Trotsky’s concept of “degenerated workers’ State”. The article concludes by defending the value of a Marxist analysis of elites that, without falling into simplifying determinisms, allows for empirically mapping the connections between political decision-makers and dominant classes.

**Keywords:** Marxist political sociology; Dual state; Political elites; Power structure

---

\* Professor no Departamento de Ciências Sociais da UFJF e pesquisador do INCT ReDem. E-mail: mateusmartinsdealbuquerque@gmail.com

## Introdução

Em 07 de janeiro deste ano, celebram-se os 101 anos do nascimento do sociólogo e cientista político belga-inglês Ralph Miliband. 101 anos é uma efeméride bastante inusual, mas a trazemos aqui para mencionar o pequeno número de citações ao seu centenário, ocorrido no ano passado. Nem mesmo a *Socialist Register*, periódico marxista que Miliband ajudou a fundar, fez qualquer menção à data. A ausência de menções à efeméride é, ao nosso ver, um símbolo do subestimado impacto de uma tradição acadêmica sem nome, que é o tema deste artigo: autores que visaram construir uma sociologia política marxista, trabalhos eminentemente empíricos que dialogam com abordagens metodológicas não-marxistas sem abandonar os axiomas propostos pelo cânone do marxismo ou mesmo com elementos de base do materialismo histórico dialético.

No seu derradeiro livro, *Os marxistas* (1968), Charles Wright Mills propõe uma divisão entre os autores marxistas. Essa divisão cumpre um papel de revisão da própria trajetória do autor que, crítico dos predicados marxistas, resolve diferenciar os autores que cometem os erros que ele critica daqueles que ele gostaria de aproveitar. A primeira parte seria a dos “marxistas sofisticados”, mais preocupados em fazer o marxismo “encaixar” na sociedade. Assim, teorias adicionais são produzidas para que a equação geral do marxismo continue funcionando em novos contextos. Esse tipo de elaboração tem um caráter mais utilitário, visando adequar a interpretação a uma linha partidária específica. O outro grupo, mais simpático a Mills, seriam os “marxistas simples”. Esses seriam aqueles que reivindicam os axiomas clássicos do marxismo e testam sua aplicabilidade. Não é difícil traçar aqui um paralelo com o debate Miliband-Poulantzas (Tarcus, 1991), e essa comparação não seria, de forma alguma, original: Barrow (2016) já a fez antes.

A questão é que Mills não havia lido a *Magnum opus* de Miliband, *O Estado na sociedade capitalista* (1982), portanto, estava se referindo a um grupo mais ampliado. Nosso ponto aqui, nesse ensaio, é o de que existe uma tradição que antecede e sucede o trabalho de Miliband que é, como as poucas menções ao seu aniversário indicam, bastante subestimada em suas contribuições quanto aos estudos do Estado e da política.

Para introduzir o tipo de abordagem que queremos aqui tratar, começemos dizendo do que não estamos falando. Não estamos falando de trabalhos que adotam a sugestão levantada por Miguel (2024), de tratar o marxismo como uma força teórica a tensionar os estudos da ciência política tradicional. Essa missão é consideravelmente importante, mas aqui estamos menos preocupados com a relação entre ciência política (ou sociologia política) e o marxismo e mais com a possibilidade de uma ciência política marxista. Nesse sentido, se formos aventar exemplos brasileiros, o trabalho de Codato e Perissinotto (2012a) é o que mais se assemelha a essa iniciativa.

Outra abordagem que não é exatamente a que aqui está sendo aventada é a do assim chamado Marxismo Analítico. Essa linha de pesquisa, fundada no entorno do *September Group*, a partir do lançamento do seminal livro de Cohen (2013), não possui muita coerência interna a não ser pela defesa de que o marxismo não pode ser reduzido a um método, e sim a uma série de diferentes axiomas a serem testados empiricamente com outras metodologias, como a filosofia analítica ou a teoria dos jogos (Tarrit, 2006)<sup>1</sup>.

O que pretendemos aqui é algo muito mais próximo do proposto teoricamente por Bensaïd (1999), uma mescla entre as ciências negativas alemãs e as ciências positivas inglesas. Para o autor, a ciência alemã deriva das demandas epistemológicas, enciclopédicas e lógicas por uma ciência com aspiração universalista. Essa seria uma ciência “negativa” pois o seu movimento surge de uma crítica à ciência, da busca ativa pelas dinâmicas internas dos fenômenos. Assim, a ciência inglesa positiva representaria um momento da construção científica, não o seu fim último:

As “verdades matemáticas” não teriam, portanto, como ser a última palavra da ciência, mas apenas um de seus momentos. Pois “o movimento da demonstração matemática não pertence ao conteúdo do objeto, é antes uma

<sup>1</sup> Esforços como o de Olin Wright (2015) são, contudo, dignos de nota: a utilização da categoria marxiana de “classe” como algo operacionalizável à luz dos desafios e também da maior oferta de dados que a contemporaneidade apresenta.

operação exterior à coisa”. As ciências positivas participam do conhecimento filosófico segundo o qual “o devir do ser-aí como tal é diferente do devir da essência ou da natureza interna da coisa”. Ele compreende em primeiro lugar os dois tipos de devir, ao passo que o conhecimento matemático apresenta apenas o devir do ser-aí (Bensaïd, 1999, p. 301).

A questão é que Bensaïd, preocupado em descrever o método de Marx, não ilustra, pedagogicamente, as etapas desse amálgama. Aqui é explícita uma dificuldade em muitos dos estudos de aspiração marxista: a construção de arrojadas críticas à ciência burguesa sem conseguir demonstrar de maneira acurada e coordenada a etapa anterior, de produção positiva de ciência. Assim, pensadores que tentaram construir alternativas, como os Marxistas Analíticos, tenderam a escamotear os aspectos metodológicos do marxismo para poder efetuar ciência positiva sistematizada.

Somada a essa dificuldade de alinhamento metodológico, outra questão que empaca estudos como os que pretendemos aqui apresentar é o recorrente empobrecimento da teoria do Estado. Esse esvaziamento é alvo do artigo de Panitch (1999), que o credita à transição dos trinta gloriosos para o período da financeirização, em meados da década de 80, levando a uma falsa dicotomia entre Estado e mercado. Estados passam a ser sinônimo de “coisa pública”, e sua defesa passa a ser o eixo central da ação de partidos de esquerda e movimentos sociais, tolhendo a possibilidade de a agenda crítica sobre o Estado investigar os vários aspectos de dominação e influência pró-capital fundamentados pelo próprio Estado. Soma-se a isso o ponto levantado por Khashaturian (2019), de que boa parte da produção sobre o Estado que passou a ser desenvolvida a partir da década de 1980, de matriz neoweberiana, atuou, discursivamente, para silenciar o papel que autores como Miliband e Poulantzas tiveram no reavivamento das discussões sobre o Estado.

O que está sendo tratado aqui é o que, nos Estados Unidos, com alguma familiaridade, é referido enquanto ciência política crítica. (Barrow, 2024) Uma perspectiva que se apresenta, sobretudo, como uma crítica *temática* da ciência política oficial. Nessa toada, Barrow (2024) recorda que temáticas como a representação de gênero e o meio ambiente, hoje plenamente incorporadas pela ciência política oficial, surgiram da ciência política crítica. A ciência política oficial absorve os temas e os achados sem, contudo, absorver também o horizonte epistemologicamente crítico aos predicados fundamentais da política, como o poder e a representação.

Como promover então uma crítica temática à ciência política oficial sobre as relações entre classe e Estado, preservando tanto o rigor metodológico das ciências positivas quanto o horizonte crítico das ciências negativas? Acreditamos que a saída para isso está na constituição de uma sociologia política marxista.<sup>2</sup> Se a Sociologia Política pode ser interpretada como um híbrido interdisciplinar que busca mapear como as instituições políticas e as características sociológicas dos agentes da política podem atuar de maneira a moldar o comportamento dos sujeitos (Perissinotto, 2014; Sartori, 1969), a sociologia política marxista seria algo muito próximo do proposto por Miliband (1982) ou por Codato e Perissinotto (2012a): dar peso aos vínculos, objetivos e subjetivos, dos agentes da política com as classes dominantes, sem desconsiderar que os processos históricos e estruturais que conformam as instituições políticas e seus ordenamentos no capitalismo não são determinados em toda e qualquer situação, de maneira voluntarista, por esses vínculos.

Este ensaio pretende sistematizar essa literatura e apresentar propostas de como apropriá-la para estudos contemporâneos. No próximo excerto, apresentaremos a concepção de “Estado dual”, que acreditamos ser o eixo fundamental de coesão entre os autores, pretéritos e presentes, que se enquadram, de alguma forma, na tradição que aqui estamos discutindo. Na seção posterior, faremos a demonstração de exemplos de aplicação empírica dos predicados da sociologia política marxista. Por fim, brevemente, discutiremos como aplicar essa discussão ao problema dos Estados socialistas.

2 O termo foi usado de diferentes formas em outras publicações. Podemos fazer aqui menção ao livro de Mazzeo (1995) e ao momento em que Laclau (1977) se refere ao Poder político e classes sociais de Poulantzas (2019) como um exemplo de sociologia política marxista. Como é possível notar, damos um sentido próprio ao termo, diferentes destes anteriormente mencionados.

## 1. O Estado dual: esboço pela validade de um estudo instrumentalista

Neste excerto, apresentaremos o que estamos chamando de “Estado dual”, uma forma de sintetizar os elementos essenciais para os chamados estudos instrumentalistas do Estado capitalista, o que aqui estamos evocando como sociologia política marxista. O primeiro passo para realizar esse tipo de análise é considerar, conforme lembra Barrow (2024), o Estado para além de seus aparelhos, assimilando criticamente as relações que o mesmo produz, especialmente relações de classe. A partir dessa asserção, consensual para os que se localizam no marxismo, surgem as principais diferenças das teorias neomarxistas. Poulantzas (2019) demonstra como o Estado exerce funções de coordenação, coesão e repressão funcionais ao capitalismo, seguindo a tônica estruturalista de que o Estado é a soma da ideologia com a repressão. Miliband (1982) vai focar no papel do Sistema Estatal, múltiplas instituições que possuem interesses contraditórios e precisam ser analisadas por sua importância, características e por quem as ocupa. O olhar de Miliband é claramente uma resposta ao “Sistema Político” proposto por Easton (1981), que visava substituir o conceito de Estado, devido à sua suposta vagueza. O Sistema Estatal admitiria a multiplicidade de interesses – que produzem também contradições – dos arcabouços institucionais, sem abrir mão da unicidade típica da dominação estatal.

Ao comparar Miliband e Poulantzas, os principais representantes de dois olhares neomarxistas sobre o Estado, é possível perceber a diferença posta a partir do aspecto do Estado que cada um deles estava olhando. Poulantzas dirige o seu olhar aos efeitos produzidos pelo Estado, quanto à sua funcionalidade para o capitalismo. Miliband, por outro lado, busca identificar as relações sociológicas entre os agentes do Estado e os agentes do capital. Como Khachaturian (2024) infere, ambas as concepções e o posterior debate que elas provocaram (Tarcus, 1991) ajudaram a avançar nas discussões sobre a natureza capitalista do Estado. Ambas as concepções são conciliáveis com a nunca sistematizada teoria marxiana do Estado se a entendermos enquanto a união de

[...] dois pontos de vista relacionados, mas distintos: a perspectiva filosófica de seus escritos anteriores, em que o Estado é uma ficção jurídica que mascara os interesses de classe abertamente expressos na sociedade civil, e uma perspectiva histórico-política que é uma relação social que reproduz um equilíbrio específico de forças na sociedade. (Khachaturian, 2024, p. 113; tradução nossa)<sup>3</sup>

Estando os dois conceitos inscritos no que seria uma teoria marxiana do Estado – um amálgama entre uma estrutura jurídica a atuar ideologicamente e um conjunto de aparelhos com efeitos práticos nas atividades políticas econômicas – precisaríamos agora esmiuçar o que seriam, então, as teorias “instrumentais” do Estado? Estas tendem a ser recorrentemente rechaçadas como simplistas, por supostamente transformar o Estado em um instrumento “neutro”, que assume o caráter de quem o possui. (Barrow, 1993) O instrumentalismo pode ser pensado a partir das asserções de Paul Sweezy sobre a Teoria do Domínio de Classe:

Contra a teoria do Estado como mediador na luta de classes temos então a concepção básica da assim chamada teoria do domínio de classe. A primeira considera definitiva uma determinada estrutura de classes e vê no Estado uma instituição que concilia os interesses opostos das várias classes; a segunda, por outro lado, reconhece que as classes são o produto de um desenvolvimento histórico e vê no Estado um instrumento nas mãos das classes dominantes, para a imposição e manutenção da estabilidade da própria estrutura de classes. É importante compreender que, para a sociedade capitalista, “domínio de classe” e “proteção da propriedade privada” são expressões praticamente sinônimas. Portanto, quando dizemos, com Engels, que a finalidade mais alta do Estado é a proteção da propriedade privada, estamos também dizendo que ele é um instrumento do domínio de classe. (Sweezy, 1968, p. 189)

Ou seja, proteger a propriedade privada é um aspecto “instrumental” do Estado, pois esse não é um elemento dado da natureza, é um ato discricionário, político.

3 No original em inglês: “Two related but distinct standpoints: the philosophical perspective of his earlier writing, where the state is a juridical fiction masking the class interests openly expressed in civil society, and a historical-political perspective where it is a social relation that reproduces a specific balance of forces in society”.

Essa asserção é plenamente conciliável com a ideia, presente no Manifesto, de que o Estado seria um comitê gestor dos interesses burgueses. (Marx e Engels, 1998) Entretanto, isso não impediu o “instrumentalismo” de ser visto como algo pejorativo, e esse olhar negativo é parte fundamental do já citado debate entre Miliband e Poulantzas. Das várias críticas de Poulantzas à abordagem de Miliband, capturaremos aqui duas para ilustrar nosso ponto. A primeira é a de que o seu instrumentalismo significaria que o Estado é um instrumento neutro, moldado conforme os interesses de quem o usa. A segunda é a de que essa tese configura uma redução voluntarista do poder da burguesia às relações interpessoais sociológicas. (Barrow, 2016)

Primeiro, um pouco de retórica: é falsa a ideia de que um instrumento seja necessariamente neutro. Como nos lembra Wetherly (2008), o próprio conceito de instrumento é compatível com o fato de ser mais conveniente a certos usuários. Podemos aqui trazer como exemplo as armas de fogo. Os setores defensores de menos regulamentação à compra de armas afirmam que não são elas que cometem os crimes, e sim os usuários. Ignoram a natureza eminentemente letal do instrumento. Ao mesmo tempo, não é ignorável que a pessoa a empunhar o revólver importa quando vamos analisar os seus usos. Miliband (1982) concede poder próprio ao Estado não porque este seja neutro, mas justamente pelo fato de que essa concessão é necessária para que o Estado possa atuar na sociedade em prol de determinados grupos em detrimento de outros sob a máscara da universalização jurídica.

Aqui vale citar uma importante diferença: enquanto Poulantzas, na época de seu debate com Miliband, é fortemente inspirado na abordagem althusseriana que não somente amplia o Estado para outras esferas da sociedade como também pretende eliminar a presença de Hegel no marxismo, a abordagem de Miliband é claramente inspirada na tradição humanista de separação entre Estado e sociedade civil. Em “Marx e o Estado”, ele escreveu: “A carga da crítica de Marx ao conceito hegeliano de Estado é que Hegel, embora reconhecendo corretamente a distinção entre sociedade civil e Estado, assevera a conciliação de ambos no próprio Estado”. (Miliband, 1981, p. 129) Na mesma toada, Paul Wetherly infere: “Uma visão instrumentalista do Estado é essencialmente centrada na sociedade, pois sua ênfase está nas forças sociais, ou seja, forças enraizadas na sociedade civil, externas ao Estado”. (Wetherly, 2008, p. 112; tradução nossa)<sup>4</sup> Em resumo, a noção de que Estado e Sociedade Civil constituem forças paralelas com poderes próprios não necessariamente significa neutralidade de Estado, como também está fundada em determinada tradição marxista.

O outro ponto que gostaríamos de abordar para ilustrar a nossa explicação é o de que o instrumentalismo configuraria em certo sociologismo. Certamente, esse é um risco possível: tomar como causa determinante para os efeitos das ações dos agentes públicos as suas relações sociais. A questão, como bem pontuada por Codato e Perissinotto (2012a), é que isso não precisa ser considerado um vício de origem igualmente determinado. Como Barrow (2008) aponta, boa parte das críticas de Poulantzas parecem direcionadas ao clássico de Wright Mills, *A elite do poder* (1962), ignorando que a tradição marxista instrumentalista já havia criticado a supressão da centralidade das classes nesta obra, como, por exemplo, no texto de Sweezy (1968). Na verdade, *O Estado na sociedade capitalista*, livro de Miliband que foi alvo de Poulantzas no debate, é uma espécie de síntese das respostas marxistas ao trabalho de Wright Mills, corrigindo as insuficiências voluntaristas de Mills, ao acrescentar determinantes estruturais do capitalismo na análise. (Barrow, 2008)<sup>5</sup>

Apontando então que instrumentalizar o Estado não significa que ele seja neutro, nem mesmo necessariamente reproduzir estudos de cunho voluntarista, o que seria então a noção de Estado dual? Retomemos o exemplo anteriormente dado, a arma. Ela é, em termos funcionais, limitada por suas próprias características. Sua feitura, o processo histórico em que seus mecanismos internos se desenvolveram, é direcionada para propósitos limitados, no sentido em que ela, necessariamente, precisa cumprir determinadas funções e não outras. Por outro lado, a mão que segura a arma importa. Ela pode não ser capaz de alterar estruturalmente a função da arma e o próprio fato de

4 No original em inglês: “An instrumentalist view of the state is essentially society-centred in that its emphasis is on social forces, ie forces rooted in civil society external to the state”.

5 Essas críticas produziram efeito no próprio Mills que, perto de sua prematura morte, publicaria *Os marxistas* (1968), com a divisão entre marxistas simples e sofisticados que apontamos na introdução deste texto.

a mão segurá-la condiciona a mão a um tipo de relação específica com aquele objeto, ela se torna uma “mão armada”, o que provoca efeitos que escapam à discricionariedade da mão. Independentemente disso, a mão importa, pois a mão tentará, ao máximo, utilizar a arma para seus propósitos, sendo esses propósitos limitados pelas condicionantes impostas pelo fato de ser uma arma, e não outra coisa a ser segurada. O Estado, assim como a arma, não é um instrumento neutro, é um aparelho que cumpre funções específicas e historicamente cambiáveis, que os indivíduos – com os seus múltiplos vínculos sociais – tentam manejar em prol de seus objetivos.

Assim, a possibilidade de admitirmos uma hipótese instrumental sobre o Estado e, concomitantemente, abrir os flancos para uma análise de sociologia política marxista sobre esse Estado passa pela compreensão de que o Estado possui dois níveis de intervenção. Isso está longe de ser inédito e já foi colocado por outros autores, de diferentes maneiras. Perissinotto (2020) enfatizou a diferença entre o poder de Estado e o aparelho de Estado, destacando que os estudos marxistas costumam focalizar apenas no primeiro, ignorando o cotidiano do funcionamento das instituições de Estado. Assim, propõe uma divisão entre os aspectos *funcionais* do Estado, definidos pelos efeitos que ele provoca na sociedade, e os aspectos *institucionais* do Estado, definidos pelos diferentes aparelhos em disputa do Estado. Em outro texto, Codato e Perissinotto (2012b) ressaltam dois aspectos do poder, um estrutural, definido pelas fundações da sociedade capitalista, e outro estratégico, que contempla os elementos que escapam a essa estrutura e condicionam o dia-a-dia da política. O *18 Brumário* (Marx, 2011) marxiano, para os autores, contemplaria ambas as dimensões.

Wetherly (2008) afirma que os problemas marxistas sobre o Estado contemplam tanto problemas de pesquisa de cunho instrumentalista, como a classe social dos que dirigem o Estado e as pressões que o capitalismo impõe sobre ele, quanto perguntas de cunho estruturalista, como o tipo de racionalidade que o Estado emprega e impõe. O próprio Miliband (1981), ao analisar os textos de Marx, aponta que há maior avanço da república burguesa justamente pela maior autonomia que seus aparelhos possuem em relação aos meios de produção. Em termos razoavelmente parecidos, Offe e Ronge (1984) buscam superar a dicotomia entre instrumentalismo e estruturalismo apresentando uma “dupla função” do Estado capitalista. Por um lado, o Estado teria o papel legitimador da sociedade capitalista. Por outro, seria, ele próprio, um agente garantidor da reprodução do capital. Essa definição é bastante útil aos nossos propósitos, mas a ela escapam elementos fundamentais, as relações diretas entre os capitalistas e os agentes de Estado no interior de seus aparelhos, dentro das normativas institucionais. Esse aspecto, tipicamente instrumental, precisa ser contemplado.

Em termos de pesquisa, o empreendimento da sociologia política marxista envolveria a compreensão dos câmbios possíveis entre esses dois níveis, na pergunta formulada por Codato e Perissinotto (2012b), “em que medida as estratégias adotadas pelas diversas elites políticas podem ser vinculadas a uma base de classe?”, ou seja, como podemos conectar os níveis estratégicos e estruturais. É seguir a dica de Wetherly (2008), que indica que os estudos instrumentais raramente são produzidos sozinhos, sem auxílio de outras abordagens.

No excerto abaixo, trataremos dos diferentes modelos de análise de classe em termos de sua relação com o Estado, apresentando as suas vantagens e os seus limites teórico-metodológicos.

## 2. Itinerários metodológicos para a pesquisa instrumental

Construir o passo-a-passo empírico de pesquisas que busquem a comprovação do uso instrumental – em seus vários significados – do Estado por parte da burguesia é uma tarefa bastante árdua. O problema da causalidade é uma questão sempre latente nestes empreendimentos metodológicos, afinal, como provar que uma recorrência associativa necessariamente implica uma causação, no nosso caso, o Estado recorrentemente favorecer a burguesia em suas ações ser, de fato, algo causado pela própria burguesia? Vale aqui resgatar as reflexões de Cohen (2013) sobre explicações funcionais: um indivíduo atribuir a explicação de um fenômeno pela função que ele desempenha só é equivocado se este indivíduo vier a abrir mão da tarefa de buscar explicações adicionais que de fato façam a conexão entre explicação e função. O problema é que muitos dos estudos da tradição marxista focam somente nas funções dos fenômenos, sem planejar e executar modelos pelos quais se possam identificar as explicações adicionais.

Leo Panitch (1977) fornece o seguinte caminho para os estudos sobre o Estado. Eles devem conciliar três coisas: i) delimitar a complexidade das instituições de Estado; ii) demonstrar concretamente, e não abstratamente, os caminhos que conectam os aparelhos de Estado à sociedade; iii) especificar as funções do Estado na sociedade capitalista. Com esses três caminhos, Panitch intencionava combinar Miliband (1982), Poulantzas (2019) e o trabalho de O'Connor (1973), aclamado na sociologia estadunidense por compreender as funções do Estado na acumulação e legitimação da sociedade por meio de sua política fiscal. O desafio que pretendemos enfrentar aqui é o do segundo item: a demonstração concreta das conexões.

Sob essa perspectiva, o instrumentalismo pode ser visto como o que Barrow (1993, p. 45; tradução nossa)<sup>6</sup> chama de “uma avenida frutífera de pesquisa empírica e institucional”. Para o autor, existem três hipóteses de trabalho claras no institucionalismo: i) existe uma classe capitalista definida pelo controle dos meios de produção; ii) essa classe usa o Estado para manter sua dominação; iii) políticas de Estado promovem os interesses gerais da classe capitalista em manter sua dominação.

Essas hipóteses navegam então sobre duas dimensões de análise: a classe dominante, junto às suas relações internas; e o Estado e suas instituições. Do ponto de vista instrumentalista focado nas elites, isso nos leva a pensar em quatro tipos de atores: os dirigentes das grandes empresas do capitalismo, os proprietários dessas empresas, os políticos e a burocracia de Estado. Sob muitos aspectos, esses são os quatro espaços de análise em *O Estado na sociedade capitalista* de Miliband (1982): investigar as relações entre os dirigentes empresariais e os proprietários das empresas, enfrentando assim as teses do *managerismo*, evidenciando a unicidade dos agentes do capital enquanto classe dominante; e a relação, excepcional, entre essa classe dominante e os diferentes agentes de Estado, políticos e burocratas, enfrentando assim a hipótese do pluralismo e do *mainstream* da ciência política.

Pensemos primeiro nas classes dominantes e em suas dinâmicas internas. Para a análise dessas, a análise de estruturas de poder é o método consagrado para analisar as estruturas de conexão intraclasses, a fim de observar o grau de homogeneidade e conexão entre as elites econômicas e as classes dominantes. Barrow (1993) indica que essa análise precisa passar por dois momentos. Primeiramente, uma análise posicional, compreendendo os fluxos entre os diretores e acionistas das grandes empresas do capitalismo, demonstrando o processo de câmbio e fluxos informacionais entre esses indivíduos. Após, realizar uma análise social, que compreenda as conexões entre esses agentes em outras esferas da vida: frequentarem os mesmos clubes, igrejas, restaurantes, doarem para as mesmas ONGs, darem palestras nos mesmos eventos. *Who rules America?* (2006), clássico de G. William Domhoff, é uma das principais referências na apropriação desse método. Nos anexos do livro, o autor detalha a sua aplicação: a análise de estruturas de poder é a soma de três análises: um estudo sobre as suas relações em rede, o conteúdo de suas ideias e suas origens sociais.

Com essa consideração, podemos produzir conexões entre a análise de estruturas de poder e abordagens mais contemporâneas e acuradas de mensuração empírica. No caso da análise dos conteúdos, é digno de nota o esforço de Sampaio e Lycairão (2021), que reúne várias formas de trazer mais acurácia e replicabilidade nas análises de conteúdo. Podem ser procuradas declarações destas elites econômicas e, através da criação de códigos categoriais, pode-se medir a aproximação temática dos sujeitos analisados. As origens sociais podem ser estudadas com o uso de prosopografias; (Codato e Perissinotto, 2015; Stone, 2011), que contribuirão para a construção de biografias coletivas dos analisados<sup>7</sup>. Por fim, essas informações, de convergência discursiva e convergência associativa, podem ser melhor resolvidas se encaixadas em uma Análise de Redes Sociais (ARS). (Dias e Santos, 2024; Tabassum, Pereira, Fernandes e Gama, 2018)

A análise de estruturas de poder não é necessariamente marxista. Como quase tudo na empreitada instrumentalista, pode caber também ao pluralismo. Isso é reforçado pelo próprio Domhoff (2006) quando ele afirma que está mais preocupado com

6 No original em inglês: “a fruitful avenue of empirical and institutional research”.

7 Nesse sentido, um esforço que deve ser ressaltado é o de Beard (2002;2004), que mapeou as relações de classe dos founding fathers dos Estados Unidos em busca da associação entre o seu perfil sociológico e a decisão por eles tomada na constituinte estadunidense. Apesar de não se tratar de um esforço propriamente marxista (Barrow, 1992), é o tipo de iniciativa que nos espelhamos aqui.

os resultados empíricos, que reforçam a existência de um setor dominante nos Estados Unidos, que com os predicados ontológicos que fundamentam esses achados. Mas, sobre isso, Barrow (1993) tem uma importante contribuição: essa análise pode ser pensada como uma análise marxista se ela levar em conta o princípio capitalista de equalizar a sociedade inteira à lei da mercadoria, onde se percebe a sociedade inteira orientada enquanto valor de troca. Isso tem efeitos na teoria do Estado, já que isso expande a capacidade de os capitalistas exercerem diferentes formas de poder em diferentes esferas.

Por este princípio, é possível transitar a análise de estruturas de poder a outro objeto: a relação entre as elites econômicas e os políticos. Aqui se materializa em concretude a hipótese instrumentalista de que a burguesia pode *usar* o Estado mediante suas relações. Muito do que foi dito anteriormente sobre a relação entre elites econômicas e classes dominantes cabe aqui também: laços discursivos, a circulação em mesmos espaços. Entretanto, há aqui uma diferença importante. Quando tratamos de políticos, precisamos provar, com algum nível de acurácia, que há não somente associação entre estes e as classes dominantes, mas também que esta relação opera na forma de um mecanismo causal de sua ação.

Não é novidade nas ciências sociais a existência de estudos que buscam convergir os objetivos de setores da classe dominante com a atuação de políticos. A questão aqui é que assim como o vínculo sociológico não representa necessariamente um alinhamento decisional, o contrário também não acontece. Um político pode convergir com um setor econômico por diversos motivos, como concordância substantiva ou ganhos periféricos à tomada de decisão – incluindo os ganhos de cunho eleitoral, tão destacados pelo neoinstitucionalismo da escolha racional. Se é impossível, ou praticamente impossível, atestar com a mesma validade empírica das ciências naturais que uma ação está sendo produzida pela relação, podemos buscar processos típicos do realismo crítico, (Maher e Aquanno, 2018) em que uma série de associações regulares evidencia uma adequação normativa entre os fenômenos.

Nesse sentido, um método interessante para buscar a associação entre políticos e burgueses é o de Codato e Perissinotto (2012b), que propõe a operacionalização de três variáveis, combinadas: discursos, vínculos objetivos e decisões. Assim, se um político possui esses três horizontes (ou seja, expressa as mesmas ideias, tem relações com a burguesia e decide de forma alinhada a ela), os mecanismos associativos da causalidade tornam-se bastante robustos. Não seria possível, claro, estabelecer com total certeza essa relação. Ao mesmo tempo, é importante frisar que a certeza peremptória dessa relação seria, no nível sociológico, impossível de se estabelecer, a ponto de que esse tipo de dúvida serviria por fim para sepultar a relação classe e Estado como um objeto de estudo possível de se operacionalizar.

O modelo dos autores é bom, como uma espécie de complemento à análise das estruturas de poder. Possui, entretanto, um limite: tem dificuldade em capturar as vicissitudes da burocracia de Estado. Isso porque a variável decisional funciona de forma diferente para estes, que tendem a ter atuação muito mais setORIZADA do que políticos. É possível observar o posicionamento de um deputado federal sobre os mais variados temas, já que ele será, recorrentemente, confrontado por eles em plenário. No mínimo, o deputado votará, contrária ou favoravelmente, a projetos de interesse de determinada fração da burguesia. Agora, se tratarmos, por exemplo, de um presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)? Ou de um diretor do Banco Central do Brasil? Estes lidam com situações muito mais setORIZADAS.

Para isso, queremos reivindicar algumas das adaptações que a tese de Albuquerque (2023) buscou realizar ao método dos dois autores. Para analisar o vínculo de uma burocracia de Estado com a burguesia é importante mergulhar a fundo no tema setorial dessa burocracia, procurando as suas disputas internas que revelem quais setores da economia são favorecidos com determinadas visões ali presentes. Além disso, o estudo ainda promove um movimento de entender os vínculos com a classe dominante em dois níveis. Um nível mais profundo significa, por um lado, discursos e ações que defendam medidas que integrem todos os projetos de acumulação burgueses, (Wetherly, 2008) agregando o avanço do capital sobre o trabalho; e a proximidade sociológica com os proprietários dos meios de produção. Um nível mais superficial, porém analiticamente fundamental, significa, por um lado, discursos e ações que defendam projetos setORIZADOS de acumulação, vinculados a frações específicas; e por outro a proximidade sociológica com a elite econômica, incluindo um escopo mais ampliado de agentes do que somente os burgueses. Com esse entendimento multifacetado, se

torna mais possível observar vínculos mesmo no caso de burocratas que tenham atuações limitadas a algumas pautas específicas.

Um interessante (e ambicioso) caminho a se mencionar é o que busca agregar vários elementos para analisar conjunturas econômicas, como o *framework* proposto por Babic *et al* (2022). Ao analisar a tentativa da Unilever de migrar para os Países Baixos objetivando renúncia fiscal, os autores desenharam o seguinte quadro inferencial: os administradores do Estado são pressionados pela sociedade civil e pelo ambiente de negócios, o ambiente de negócios pressiona a mídia e a sociedade e a mídia pressiona a sociedade e os administradores do Estado. Nesse jogo de múltiplas pressões, os que capitaneiam o ambiente de negócios possuem múltiplos caminhos para tensionar o Estado, seja pela pressão direta a este, seja pela indução de que a sociedade o pressione, agindo sobre esta diretamente ou através da mídia. Entretanto, a conjuntura externa aparece como uma variável interveniente que modula estas relações. No limite, caso nenhuma das pressões do ambiente de negócios surta efeito sobre os agentes de Estado, eles podem partir para a última cartada, a saída daquele território e a retirada de seus investimentos de lá. Aí a importância da conjuntura externa, que pode dinamizar esse movimento dos burgueses.<sup>8</sup>

Este modelo é bastante interessante, mas possui algumas importantes limitações. Ele desconsidera, em seu desenho, a possibilidade de que o Estado influencie a burguesia. O trabalho sobre o sistema de saúde da Malásia que Rasiah, Noh e Tumin (2009) realizaram demonstra isso: lá o governo foi o principal agente de estímulo ao setor privado na saúde e posterior desmonte da saúde pública. Vale citar também o trabalho de Panitch e Gindin (2012) que destacam como o Estado é o grande promotor do neoliberalismo e do avanço global dos mercados. Assim, incorporar a perspectiva das elites é importante para podermos observar estes duplos movimentos, partindo do Estado para o mercado e do mercado para o Estado. Nessa incorporação, cabe também frisar o papel das ideias, presente no modelo de Codato e Perissinotto (2012b) e pouco citado por Babic *et al* (2022). A operacionalização da agenda das ideologias, tanto por suas estratégias próprias (Eagleton, 2019), quanto pelas tradições políticas que elas estabelecem (Codato, 2016) podem culminar em relevantes variáveis prosopográficas para medir os vínculos subjetivos que se encarnam em objetivos por meio de certas relações institucionais como, por exemplo, *think tanks*.

A tarefa de operacionalizar este tipo de estudo que aqui estamos propondo é árdua porque seu caráter é inerentemente móvel: como recordam Mandel e Novack (1971), a complexificação do Estado capitalista é frequente e vai inserindo dimensões nebulosas nas relações instrumentais. Analisar as relações entre burguesia e Estado envolve estabelecer sempre um diálogo com novas metodologias e técnicas que possam contribuir para mapear tipos de vinculação que antes não eram observáveis. Hoje possuímos um ferramental muito superior ao de autores como Poulantzas e Miliband para mapear, sistematicamente, os discursos, os votos e os vínculos sociológicos – incluindo aqui toda a rede de associações com pessoas jurídicas das mais diversas – de agentes de Estado. Cabe a nós nos inspirarmos nas problemáticas trazidas por estes e outros autores para fazer avançar nossas análises e conclusões.

### 3. E o socialismo?

A análise do que seriam as experiências socialistas ocuparam menos espaço das reflexões marxianas do que a crítica ao capitalismo. Em *A guerra civil na França* (2015), Marx se propõe a analisar os méritos e deméritos da primeira experiência socialista moderna, a Comuna de Paris. Ao longo dessa exposição, Marx dá o que talvez seja a sua mais relevante contribuição para o tema, a de que a disputa da classe operária por sua emancipação não poderia envolver a mera ocupação do Estado burguês, mas teria de passar pela sua destruição. A interpretação de Lenin (2009) dessa exposição é a de que isso demandaria, conseqüentemente, a construção de outro tipo de Estado, especialmente ao analisar as polêmicas da Associação Internacional dos Trabalhadores, a 1ª Internacional, entre o próprio Karl Marx e o anarquista Mikhail Bakunin.

As reflexões de Lenin ultrapassaram as divagações teóricas e encarnaram-se em realidade, com a iminência da Revolução Russa e a necessidade de se construir algum

8 No caso do trabalho dos autores, a conjuntura que implode o movimento da Unilever é o Brexit.

tipo de governo estabelecido após a superação do regime corrente. Desde então, a caracterização da experiência que dali surgiu, a União Soviética, e das demais experiências socialistas passou a ocupar espaço nos debates internos da esquerda socialista, tanto do ponto de vista estratégico, apontando para modelos de tomada e construção do poder; bem como nos debates táticos, em que se discutia a relação que essas organizações viriam a ter com essas experiências ou com organizações nacionais que reivindicavam essas experiências.

Com a transição ao capitalismo dos países do leste europeu ao longo da década de 90 e a imposição da hegemonia neoliberal, (Gerstle, 2022) em um processo consolidado na filosofia política como “o fim da história”, (Fukuyama, 1992) a caracterização de experiências socialistas passou a ocupar um espaço diminuto nas discussões em ciências sociais, com ocasionais exceções. Em termos da realidade brasileira, é surpreendente o abandono dessa temática na presente conjuntura, em que o principal parceiro comercial e a segunda maior economia do mundo, a China, se autoproclama socialista.<sup>9</sup>

Nosso ponto nesse excerto é demonstrar que a sociologia política marxista pode fornecer um ferramental arrojado para também apresentar pontos importantes de análise para o debate quanto à caracterização de experiências socialistas – ou auto-proclamadas socialistas. A proposta que pretendemos fazer aqui é a de conectar a literatura instrumental com uma tradição teórica que é um dos afluentes do trotsquismo. Como indica Anderson (2004), essa tradição foi uma das poucas bem-sucedidas no marxismo ocidental em reavivar o debate sobre elementos mais “duros” da realidade, como a relação entre Estado e mercado, postos em relação ao problema da tomada do poder e articulados com novas temáticas apresentadas pela conjuntura, sem, contudo, conseguir estabelecer algum nível de hegemonia teórica sobre os outros campos de discussão marxista.

Em sua exploração das relações entre classe e Estado no capitalismo, Miliband sugere que existe uma espécie de “parceria” entre a burguesia e o Estado, que opera em conjunto para manter a ordem vigente. No socialismo, essa dinâmica adquire características distintas, mas ainda assim mantém pontos de contato. Em *Class power and State power*, Miliband afirma que “o Estado se alia a alguém, as múltiplas partes do sistema estatal se aliam a alguém”. (Miliband, 1984, p. 73) No capitalismo, a aliança é estabelecida com a burguesia e suas frações, numa parceria que permite a manutenção do sistema produtivo e da acumulação de capital, ainda que com tensões e disputas internas. Já no socialismo, essa “parceria” seria feita com a classe trabalhadora. No entanto, como as experiências históricas demonstraram, essa relação não é isenta de contradições. A burocracia socialista, ao se consolidar como uma camada social distinta, acaba por estabelecer uma relação na qual o Estado, que deveria ser um instrumento da classe trabalhadora, passa a operar com autonomia crescente, utilizando sua posição para mediar as disputas entre frações da própria classe dirigente e implementar seu próprio projeto de poder, frequentemente revestido de justificativas ideológicas de defesa dos interesses operários.

A hipótese trotsquista do “Estado operário degenerado” representa uma tentativa de explicar as contradições presentes nas experiências socialistas do século XX, particularmente a soviética. Trotsky (1972) desenvolve esse conceito para compreender como um Estado que manteve a propriedade estatal dos meios de produção (característica formal do socialismo) poderia, simultaneamente, estar sob controle de uma burocracia opressora. Para Trotsky, o Estado operário degenerado significaria o controle da classe trabalhadora dos meios de produção, expropriados da burguesia, mas com a degeneração representada pelo fato de este Estado estar sob controle de uma burocracia. A matriz dessa diferença, como aponta Artous (2016), encontra-se no fato de que o poder da burocracia não deriva do acúmulo de mais-valia pela classe operária, e sim de seu poder sobre o aparelho estatal. Esta tese tem uma desvantagem analítica: subestima a importância do controle do Estado em relação aos meios de produção e à sociedade civil. Sua principal vantagem, entretanto, é justamente a politização do problema da burocracia, deslocando a análise de um determinismo econômico para o campo das relações políticas e institucionais. A categoria de Estado operário degenerado possibilita analisar a experiência socialista a partir de um referencial

9 No debate brasileiro, Jabbour (2006) tem feito reflexões que reforçam e justificam o caráter socialista da experiência chinesa. Contrapontos a isso podem ser lidos em autores como Nogueira (2018) e Botelho (2008). O cisma conceitual passa pela antinomia entre “socialismo de mercado” ou “socialismo com características chinesas” e “capitalismo de Estado”.

próximo ao método instrumentalista: o aparelho estatal como uma estrutura relativamente autônoma que pode ser apropriada por diferentes atores sociais, mantendo certas características estruturais, mas sendo operada conforme interesses de quem o controla.

O conceito de “substitucionismo”, desenvolvido por Ernest Mandel em *Power and money* (1992), representa um ponto crucial para nossa análise instrumental do socialismo. Mandel identifica esse fenômeno como a essência da burocracia socialista, que acaba substituindo a classe trabalhadora no processo decisório. Em sua análise, Mandel demonstra como o substitucionismo stalinista opera de maneira análoga à *realpolitik* social-democrata, mas transposta para uma sociedade onde já ocorreu a revolução socialista. Ambas as tradições se fundamentam em uma ideia de “possível” que implica, no limite, um rebaixamento programático. Esse rebaixamento se impõe quando a vontade das massas diverge daquilo que a direção considera necessário para alcançar vitórias – sejam reformas, no caso social-democrata, ou a manutenção do socialismo, no caso stalinista. Nesse momento, as estruturas dirigentes precisam desacreditar as massas para impor suas decisões. O substitucionismo se materializa em axiomas que estabelecem o Partido Comunista como representante exclusivo da classe, a fusão partido-Estado como essência da ditadura do proletariado, e a unidade monolítica do partido como valor supremo. A consequência desse processo é a crescente repressão contra trabalhadores e comunistas que divirjam da linha oficial, em nome da defesa do socialismo. Assim, a defesa do partido como um elemento fundamental, de valor institucional, se torna mais relevante que a própria defesa dos princípios socialistas, reproduzindo no Estado socialista mecanismos instrumentais de dominação similares aos encontrados no capitalismo, apenas com atores diferentes.

O burocratismo, como analisado por Antoine Artous (2016), representa uma dimensão fundamental para compreender as experiências socialistas a partir de um referencial instrumentalista. Para Artous, é necessário compreender a burocracia como um fenômeno que transcende o mero aspecto administrativo das relações entre Estado e trabalhadores fabris. Apoiando-se nas contribuições de Weber, Artous observa que a burocracia é um processo existente em todas as formações sociais, mas que alcança seu ponto mais elevado na modernidade e nas necessidades modernas que esta impõe. A burocracia moderna se caracteriza fundamentalmente pela separação entre produtores e Estado, estabelecendo uma excepcionalidade tanto na burocracia moderna quanto na burocracia de Estado, que não pode ser reduzida a mero reflexo da burocracia nas fábricas. Essa perspectiva permite acrescentar um elemento novo ao problema da burocratização: a institucionalização via partido. Quando Lenin e Trotsky apoiaram a construção da NEP em 1921, reintroduzindo elementos de mercado na economia soviética, acabaram por proibir a oposição política para garantir o sucesso desse modelo. Essa proibição levou ambos a estabelecer “leis gerais da vanguarda” que contradiziam suas posições anteriores. A transformação do monolitismo em “lei geral” provocou um enfraquecimento dos debates e maior dificuldade de produzir inovação política. Assim, o burocratismo não representa apenas um “desvio” da experiência socialista, mas uma característica institucional que emerge das próprias tentativas de consolidar o poder revolucionário, revelando as contradições internas de um processo que, ao tentar superar as relações de classe capitalistas, acaba por reproduzir novos mecanismos de dominação institucional.

Nossa hipótese neste excerto é a de que uma reflexão de tipo instrumental, da sociologia política marxista, pode ajudar a compreender melhor as experiências socialistas. Isso porque assim como o Estado capitalista apresenta uma camada de tipo estrutural, constituída por sua própria ossatura através tanto do processo histórico que o consolidou quanto do cumprimento de funções basilares para a sua continuidade, e em uma camada de tipo instrumental, constituída por seus aparelhos institucionais sendo disputados por diferentes grupos sociais com diferentes interesses; o mesmo pode ocorrer com o Estado de tipo socialista. Se o elemento estrutural de homogeneização universal dos sujeitos em nome de um domínio da forma valor através da propriedade privada dos meios de produção é eliminado no socialismo, a constituição de um Estado operário também consolida o espaço para que, no nível instrumental, haja a dominância de uma camada dos trabalhadores sobre outra – dos burocratas sobre os demais níveis da sociedade.

A categoria “Estado operário degenerado”, de Trotsky, é uma forma de colocar a questão. O Estado é, estruturalmente, operário, não podemos acusá-lo de capitalista quando a burguesia foi, de fato, tolhida de seu poder político através da posse dos

meios de produção. Por outro lado, o fato de a classe trabalhadora não estar apta a exercer o poder político em sua totalidade, de as instituições de Estado estarem apartadas, alienadas, dela, dá o caráter de degeneração instrumental deste aparelho.

## Conclusão

Ao longo deste artigo, procuramos defender a possibilidade de uma sociologia política marxista, um fazer empírico que busca mapear os vínculos sociológicos dos agentes da política sob o prisma da centralidade do problema da classe. Compreendendo toda a gama de facetas perniciosas existentes no entorno dessa agenda, apresentamos uma determinada concepção de Estado que seria convergente com essa possibilidade: a de um Estado dual, que conserve tanto características estruturais definidas pelo seu modo de produção quanto aspectos instrumentais definidos pela autonomia relativa das instituições de Estado e pelas disputas, inerentemente assimétricas, no em torno delas. Essas características, como demonstramos, persistem no Estado de tipo socialista, que tem, no fenômeno da burocratização, uma captura instrumental do Estado. Preocupados empiricamente com a execução destes estudos, apresentamos, também, caminhos metodológicos para operacionalizar estudos do tipo: como averiguar os vínculos de classe dos agentes de Estado sem recair, por um lado, em determinismos simplificantes e, por outro, em empirismos voláteis que ignorem o aspecto estrutural dos fenômenos?

“As elites importam”. Essa frase, no campo da ciência política, assumiu, por muito tempo, um caráter inerentemente conservador, de foco demasiado nos governantes em detrimento dos governados. Um tipo de institucionalismo pluralista asséptico, que visa neutralizar os fenômenos políticos de toda e qualquer rede de envolvimento sociológico, passou a negar esse axioma não por uma crítica societal, mas, ao contrário, por uma crítica antissocietal. A existência dessa “reação conservadora à teoria conservadora das elites” deveria levar os marxistas a refletirem sobre a potência existente nas considerações elitistas quando utilizadas mediante um ferramental crítico. Elas partem, afinal, do fundamento da crítica marxiana do Estado, a partir de suas relações com a sociedade civil e do ocultamento dessas relações na uniformização jurídica promovida pelo direito burguês. A possibilidade de uma teoria marxista das elites abre espaço para um tipo de agenda que, se não é exatamente nova, é bastante marginal nos estudos marxistas brasileiros: a de mapear empiricamente os vínculos dos decisores com as classes dominantes. Isso envolve dinamitar muros entre metodologias avançadas da análise política e a teoria crítica.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Mateus C. M. de. *Ideologia, conflito e classe no Conselho Monetário Nacional (1995-2018)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Humanas. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ARTOUS, A. *Marx, el Estado y la política*. Madrid: Sylone, 2016.
- BABIC, M. et al. “How does business power operate? A framework for its working mechanisms”. *Business and Politics*, v. 24, n. 2, 2022, p. 133-150.
- BARROW, C. W. *Critical theories of the State: Marxist, neomarxist, postmarxist*. Madison: University of Wisconsin Press, 1993.
- BARROW, C. W. “From Marx to Madison: the seligman connection in Charles Beard’s constitutional theory”. *Polity*, v. 24, n. 3, 1992, p. 379-397.
- BARROW, C. W. “Ralph Miliband and the instrumentalist theory of the State: the (mis)construction of an analytic concept”. In: WETHERLY, P.; BARROW, C.; BURNHAM, P. (orgs). *Class, power and the State in capitalist society: essays on Ralph Miliband*. London: Springer, 2008, p. 84-108.
- BARROW, C. W. *Toward a critical theory of States: the Poulantzas-Miliband debate after globalization*. New York: State University of New York Press, 2016.
- BARROW, C. W. “What is critical political science?”. In: BARROW, C. W. (ed.). *Encyclopedia of critical political science*. Edward Elgar Publishing: Cheltenham, 2024, p. 1-17.

- BEARD, C. *An economic interpretation of the constitution of the United States*. New York: Dover, 2004.
- BEARD, C. *The economic basis of politics*. New York: Routledge, 2002.
- BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BOTELHO, M. H. *O desenvolvimento do capitalismo no campo chinês, 1978-2007*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2008.
- CODATO, A. "O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação". *Política & Sociedade*, v. 15, n. 32, 2016, p. 311-331.
- CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. *Como estudar elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Editora UFPR, 2012a.
- CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. "Marxismo ou elitismo?" In: CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Editora UFPR, 2012b. p. 225-247.
- COHEN, G. A. *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- DIAS, R. A.; SANTOS, R. P. "Análise de redes sociais aplicada às ciências sociais: métodos e técnicas para estudos de elites políticas". *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 12, n. 1, 2024, p. 67-90.
- DOMHOFF, G. W. *Who rules america? Power, politics, and social change*. New York: McGraw-Hill, 2006.
- EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.
- EASTON, David. "The political system besieged by the State". *Political Theory*, v. 9, n. 3, 1981, p. 303-325.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GERSTLE, G. *The rise and fall of the neoliberal order: America and the world in the free market era*. New York: Oxford University Press, 2022.
- JABBOUR, E. M. K. *China: infraestruturas e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- KHACHATURIAN, Rafael. "Bringing what State back in? Neo-Marxism and the origin of the committee on States and social structures". *Political Research Quarterly*, v. 72, n. 3, 2019, p. 714-726.
- KHACHATURIAN, Rafael. "Marxist theory of the State". In: GIBBONS, Michael (ed.). *The encyclopedia of political thought*. Wiley Blackwell, 2024, p. 112-121, 2024.
- LACLAU, Ernesto. *Política e ideología en la teoría marxista: capitalismo, fascismo, populismo*. Madrid: Siglo XXI, 1978.
- LENIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MAHER, S.; AQUANNO, S. M. "Conceptualizing neoliberalism: foundations for an institutional marxist theory of capitalism". *New Political Science*, v. 40, n. 1, 2018, p. 33-50.
- MANDEL, E. *Power and money: a Marxist theory of bureaucracy*. London: Verso, 1992.
- MANDEL, E.; NOVACK, G. *The Marxist theory of the State*. New York: Pathfinder Press, 1971.
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MARX, Karl *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. "Manifesto do partido comunista". *Estudos avançados*, v. 12, 1998, p. 7-46.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Sociologia política marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Marxismo e política: modos de usar*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.
- MILIBAND, R. *Class power and State power: political essays*. Londres: Verso Editions, 1984.
- MILIBAND, R. "Marx e o Estado". In: BOTTOMORE, T. *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 127-138.

- MILIBAND, R. *Marxismo e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MILIBAND, R. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MILLS, C. W. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MILLS, C. W. *Os marxistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- NOGUEIRA, I. *Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na China contemporânea*. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Economia, Rio de Janeiro, 2018.
- O'CONNOR, J. *The fiscal crisis of the State*. New York: St. Martin's Press, 1973.
- OFFE, Claus; RONGE, Volker. "Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado Capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista". In: OFFE, C. (org.). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 122-139.
- PANITCH, L. "The Role and Nature of the Canadian State". In: PANITCH, L. (ed.). *The Canadian State: political economy and political power*. Toronto: University of Toronto Press, 1977, p. 3-27.
- PANITCH, L. "The impoverishment of State theory". *Socialism and Democracy*, v. 13, n. 2, 1999, p. 19-35.
- PANITCH, L.; GINDIN, S. *The making of global capitalism: the political economy of American empire*. Londres: Verso, 2012.
- PERISSINOTTO, R. "Marx e a teoria contemporânea do Estado". In: CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Editora UFPR, 2020.
- PERISSINOTTO, R. "Por uma sociologia política relacional". *E-Legis*, v. 7, n. 14, 2014, p. 7-25.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- RASIAH, R.; NOH, A.; TUMIN, M. "Privatising healthcare in Malaysia: Power, policy and profits". *Journal of Contemporary Asia*, v. 39, n. 1, 2009, p. 50-62.
- SAMPAIO, A. O.; LYCARIÃO, D. "Métodos de Análise de Conteúdo: sistemática para estudos de documentação em política e administração". *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 5, 2021, p. 1079-1102.
- SARTORI, G. "From the sociology of politics to political sociology". *Government and Opposition*, v. 4, n. 2, 1969, p. 195-214.
- STONE, L. "Prosopografia". *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, 2011, p. 115-137.
- SWEEZY, P. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- SWEEZY, P. "Power elite or ruling class?". In: DOMHOFF, G. W.; BALLARD, H. B. (org.). *C. Wright Mills and the power elite*. Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1968. p. 115-133.
- SWEEZY, P. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- TABASSUM, S.; PEREIRA, F. S. F.; FERNANDES, S.; GAMA, J. "Social network analysis: An overview". *Wiley Interdisciplinary Reviews: Data Mining and Knowledge Discovery*, v. 8, n. 5, e1256, 2018.
- TARCUS, H. (org.). *Debates sobre el Estado capitalista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 1991.
- TARRIT, F. "A Brief History, Scope and Peculiarities of 'Analytical Marxism'". *Review of Radical Political Economics*, v. 38, n. 4, 2006, p. 595-618.
- TROTSKY, L. *The revolution betrayed: what is the Soviet Union and what is going on?* New York: Pathfinder Press, 1972.
- WETHERLY, P. "Can capitalists use the State to serve their general interests?". In: WETHERLY, P.; BARROW, C.; BURNHAM, P. (orgs.). *Class, power and the State in capitalist society: essays on Ralph Miliband*. Londres: Springer, 2008. p. 109-131.
- WRIGHT, E. O. "Análise de classes". *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 17, 2015, p. 121-163.

Recebido em 8 de maio de 2025  
Aprovado em 29 de abril de 2026